

Uma outra produção, validação e legitimação de saberes é possível...e necessária

Maria Clara Bueno Fischer¹

Resumo

Este texto tem por objetivo estimular a reflexão sobre produção, validação e legitimação de saberes de homens e mulheres que vivem do trabalho, a partir da análise de uma prática de educação popular denominada *sistematização*.

Palavras-chave: saberes, trabalho, sistematização

Résumé

L'objectif de ce texte est de stimuler, de valider et de légitimer la production intellectuelle d'hommes et de femmes qui vivent de leur travail à partir d'une pratique de l'éducation populaire appelée aujourd'hui *systematization*.

Mots-clés: savoirs, travail, systématisation

Abstract

The aim of this article is to stimulate the current debate about validation and legitimisation of workers knowledge, from the perspective of a Popular Education practice known as *systematisation*.

Keywords: knowledge workers, work, systematisation

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos — UNISINOS/RS.

Introdução

O Seminário Internacional Trabalho e Educação (I SITE) dá continuidade aos esforços de muitos em produzir conhecimento "realmente útil" com os trabalhadores e as classes populares em geral. Na América Latina, o movimento de Educação Popular tem realizado tal tarefa para valorizar, por um lado, e problematizar, por outro, os saberes populares com vistas ao apoderamento pelas classes populares, para contribuir com a construção de seus projetos políticos e culturais e, ao mesmo tempo, atender às suas necessidades imediatas de "pão" e "beleza". A partir de uma crítica a posturas da esquerda, oriundas em parte das derrotas da luta armada na América Latina, vários intelectuais buscaram (e buscam) entrar em interlocução com o pensar, o sentir e, enfim, o "ser" das classes trabalhadoras e populares, com forte inspiração em Gramsci e Paulo Freire. Muitos mudaram de perspectiva no seu entendimento sobre a produção de conhecimento ao assumir a perspectiva de que "todos somos intelectuais", embora nem todos exerçamos a função precípua de intelectuais, e a concepção de hegemonia como força e consenso. A produção de Paulo Freire, e seu próprio testemunho como intelectual engajado, constituiu-se numa referência fundamental com sua filosofia do sujeito e do conhecimento, e passamos a dizer, com convicção, que construímos conhecimento *com* e não *para* o "outro".

Como parte desse processo, uma prática específica de educação popular foi se constituindo num campo pedagógico, de produção e problematização de conhecimento latino-americano: a assim chamada *sistematização*.

Temos falado, estudado e *sistematizado* sobre saberes das classes populares. O seminário provoca em nós, especialmente nos envolvidos com práticas e orientados pela perspectiva da educação popular, a reflexão sobre saber e trabalho/trabalhadores, e, nesse fazer, fazemos interlocução a partir desta rica experiência política e de produção de conhecimento.

Concluindo esta introdução, pode-se dizer que esse seminário dá continuidade a uma trajetória de esforços de problematização de saberes, conhecimentos, práticas, com vistas, a meu ver, ao apoderamento por aqueles e aquelas que "vivem do trabalho" no sentido de reforçar o seu *protagonismo* em todos as esferas em que atuam e vivem e... sobrevivem.

Lugar(es) de experiência com sistematização de saberes

A reflexão que faço aqui reflete e, de certa forma, *sistematiza* aprendizados de minha trajetória profissional. Nessa trajetória, o envolvimento como educadora em trabalhos de assessoria em educação popular junto ao movimento sindical foi significativo. Uma experiência fundamental nesse sentido aconteceu num Centro de Educação Popular, o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP/RS). Este lugar, um centro de educação popular, foi marcante para mim e para outros educadores dos e nos anos 80, no sentido da problematização das relações entre "conhecimento acumulado", da esquerda

e da academia, e aquele oriundo da experiência direta das classes populares nos seus modos de produção da existência e de sua cultura. Lugar de muitas tensões, possibilidades e potencialidades, em que a produção de conhecimento estava profundamente associada à construção do protagonismo político dos setores populares, num contexto de luta pela redemocratização do país.

Após anos implicada com e nesta experiência, passei pela trabalhosa e gratificante tarefa de fazer estudos em nível de pós-graduação, que me permitiram, no espaço de produção de conhecimento acadêmico, descrever e analisar uma ação educativa importante do movimento sindical brasileiro. Este momento contribuiu significativamente para que eu avançasse no aprendizado sobre algumas ferramentas da construção metódica do conhecimento e, ao mesmo tempo, problematizasse os seus limites. Como sabemos, o tempo e o espaço que instituem cada *lugar* determinam os termos e o tipo de conhecimento produzido; os jeitos de organizar, categorizar, explicar, validar e legitimar conhecimentos e, por conseqüência, contribuir para o protagonismo (ou não) daqueles e daquelas que vivem do trabalho e promovem um modo específico de estar no mundo.

Tive a oportunidade de participar, num momento posterior, já no final dos anos 90, de um trabalho muito relevante: uma tarefa de *sistematização*, na perspectiva da educação popular, de uma experiência de formação de formadores em educação profissional, desenvolvida pelo movimento sindical cutista durante dois anos, 1998 e 1999 — tecerei considerações sobre essa experiência posteriormente. Como professora de universidade, participei desse rico processo coletivo com outros professores de outras instituições universitárias e de assessoria ao movimento sindical e com educadores e dirigentes do próprio movimento sindical, o que gerou uma atividade permeada de encontros e desencontros entre os envolvidos no processo.

Foi uma árdua tarefa realizar *parcerias* para a produção e realização de um projeto político-educativo de educação integral dos trabalhadores e, no próprio processo, sistematizar o ocorrido, o que demandava uma produção nova, realizada coletivamente, de conhecimento. A universidade e o próprio governo, num momento de reformulação das políticas de formação profissional, fizeram parte da comunidade de interlocução com o movimento sindical (e este com seus diálogos internos: escolas de formação com seus formadores e instâncias de direção), para realizar o propósito de criar e implementar uma proposta educativa e garantir que o conhecimento ali produzido fosse legitimado e validado, num processo de disputa e negociação, pelo conjunto da sociedade brasileira. Esta experiência foi um momento de ressignificação, novamente, das relações entre teoria e prática e modos de descrever, interpretar e explicar os fenômenos. E, mais do que isso, de criar novas propostas e ações no contexto de disputa das políticas de educação profissional.

Um outro fazer que considero marcante na minha trajetória, relacionado com o tema em questão, diz respeito à produção do conhecimento no espaço



mesmo da universidade, onde é a pesquisa, nos moldes acadêmicos, que passa a ser a condição e o critério básico de validação do conhecimento e da legitimidade profissional. O que fazer com todas as convicções construídas e praticadas ao longo da trajetória pregressa, de aprender a valorizar os saberes da experiência, especialmente dos setores populares, na perspectiva da práxis? Novos momentos, novas reflexões... Algumas tentativas foram feitas, especialmente no que diz respeito à metodologia da pesquisa em educação. Exercício desafiador no sentido de trazê-la para dentro do espaço acadêmico e com uma intencionalidade clara de, com os alunos, interrogar como temos produzido nossas pesquisas e o lugar da escrita como meio fundamental que tece as relações entre empiria e teoria. Ou talvez, mais seriamente, saberes de sujeitos com experiência vital e sujeitos na experiência de produção acadêmica do conhecimento, também vital...²

Quero ressaltar com isso que a problemática da produção, validação e legitimação de saberes discutida neste seminário integra em grande parte a minha história de vida política e profissional. Detenho-me aqui, como havia anunciado anteriormente, para refletir sobre alguns aspectos da experiência de *sistematização* realizada com o Programa de Formação de Formadores em Educação Profissional – Programa Integral/CUT, ocorrido nos anos de 1998 e 1999.³

Refletindo sobre a sistematização de uma experiência de formação de formadores em educação profissional

Escolhi esta experiência pelo fato de ela ter algumas características relevantes que podem contribuir com o debate proposto no seminário, especialmente porque elas indicam que é possível realizar processos de sistematização de experiências mais localizadas, mas também de outras de maior abrangência geopolítica e complexidade e, portanto, com um impacto social potencialmente maior. Indico, a seguir, algumas dessas características:

- a dimensão política: a) o sujeito coletivo que propôs — o movimento sindical da CUT —, através de dirigentes de órgãos centrais de direção desta central sindical, formadores e formadoras mais antigos e novos, oriundos de diferentes experiências; b) as parcerias envolvidas no processo: DIEESE, universidades e o governo federal;
- a abrangência geográfica e o público: foi uma experiência nacional, que envolveu sete escolas da CUT e teve um público participante de diferentes origens: militantes, educadores do Sistema "S" de formação profissional, educadores de escolas técnicas, educadores populares, entre outros;

² No III Seminário de Pesquisa em Educação Região Sul — ANPED, realizado em 2000, tivemos a oportunidade de debater sobre o lema na mesa intitulada "(Des)enlaces educativos: relações entre saberes de experiência e saberes de formação". O texto que descreve e analisa a experiência em questão — "Um lugar para a *sistematização* no aprender-ensinar a fazer pesquisa em educação" — pode ser encontrado nos Anais do Seminário.

³ O que trago aqui reflete um ordenamento e uma problematização individual. No entanto, sem dúvida, é resultado, também, de uma reflexão coletiva, como foi, em grande medida, o próprio trabalho já realizado.



- a dimensão político-pedagógica da *sistematização*: o fato de ter sido pensada, planejada e realizada de forma metódica, a elaboração de densos produtos durante o processo de realização do Programa e no final, a realização de uma avaliação coletiva dos resultados e, ainda, a socialização dos produtos através de publicações e encontros.⁴

O Programa Integral envolveu as sete escolas da CUT em sua implementação e teve como meta capacitar mil sujeitos para trabalharem em programas de educação profissional — proposta realizada a partir do acúmulo político, teórico e metodológico na formação de formadores. Havia uma definição no próprio projeto de que, ao final da experiência, haveria uma produção que fosse a sistematização do ocorrido e que contribuísse com o debate nacional sobre propostas de educação profissional e, mais especificamente, de formação de formadores. A *sistematização* ocorreu, então, *em processo*. Um determinado entendimento de *sistematização* foi adotado:

[Sistematização] como um processo sistemático de produção de conhecimento, que acontece a partir de práticas sociais concretas. Práticas que se desenvolvem junto a setores da população que se colocam na perspectiva de transformação das suas formas concretas de objetivação no social, perspectiva que pressupõe o rompimento com relações de dominação. (FALKEMBACH, 2000: 28.)

Sistematização, nesta concepção, é uma modalidade de investigação — um processo ordenado de descrição, análise e interpretação — voltada às práticas sociais populares e realizada, por princípio, pelos e com os sujeitos. É uma perspectiva enraizada na trajetória de Educação Popular, que busca investigar acontecimentos “objetivos”, mas integra, necessariamente e simultaneamente, no mesmo ato, as diversas interpretações que os sujeitos da experiência possuem e que, ao mesmo tempo, se constroem no fazer.

As perspectivas epistemológicas presentes nos fundamentos da sistematização (ou das sistematizações, afinal há um processo permanente de recriação da própria sistematização nas diversas práticas de sistematização que ocorrem) no campo da educação popular podem ser resumidas em: enfrentamento do positivismo, especialmente no que diz respeito à dicotomia entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido; descrição e interpretação por quem realiza a experiência; apoio em embasamentos epistemológicos variados, como os enfoques histórico-dialético, dialógico e interativo, hermenêutico; construção da experiência humana; desconstrução e, poder-se-ia dizer, uma articulação entre essas orientações teóricas.

Esta perspectiva, que orientou a prática implementada, implica um processo individual e coletivo de produção de conhecimento sobre e no interior das práticas que são sistematizadas. Busca recuperar o que os sujeitos sabem

⁴ Duas publicações merecem destaque. Uma delas foi uma revista intitulada *A experiência na formação de formadores em 1998* e a outra é o livro *Formação de formadores para educação profissional: a experiência da CUT 1998/1999*.



das experiências: as intencionalidades, os próprios acontecimentos, os procedimentos que as constituem, isto é, como acontecem. As interpretações dos sujeitos acabam por constituir diversas e diferentes vozes e, mais do que simplesmente consideradas, devem constituir o próprio processo.

A descrição e a análise com identificação de problemas, tensões, potencialidades e possibilidades é parte da proposta de sistematização em questão. Além disso, a experiência é situada, pelos que sistematizam, em contextos mais amplos, fazendo emergir sua historicidade e seu caráter social. Isso ocorreu no caso aqui tratado.

Essa perspectiva de sistematização constitui-se, então, numa ferramenta que permite recuperar e refletir uma experiência *compartilhada*. A circulação de novos conhecimentos num intenso diálogo e ação entre os envolvidos e, ao mesmo tempo, a permanente abertura para ressignificar conceitos e atitudes, é condição de realização da tarefa. Destaca-se, assim, a contribuição desta prática para a construção de protagonismos de sujeitos individuais e coletivos envolvidos na tarefa de ordenar, interpretar, significar, explicar de forma coletiva a sua experiência, situada em contexto.

É interessante destacar que a atividade de sistematização fez com que o grupo avançasse sobre o conceito de *experiência*, em função do fato que a própria proposta teórico-metodológica que sustentava o Programa tinha como pressuposto a valorização da prática do sujeito e dos saberes construídos nela. Uma das escolas sindicais impulsionou de forma mais dirigida a reflexão e produção de conhecimento em torno do conceito. A reflexão proporcionou para o grupo um reconhecimento da implicação do sujeito (individual e coletivo) na atividade que o envolve e, por outro lado, da atividade e dos processos de produção da existência, constituindo o sujeito. Indicou caminhos para, talvez, a superação da reflexão a respeito da "prática" ou sobre o "objeto" ou mesmo o assim chamado "empírico" na área das Ciências Humanas (e não só), afinal, o objeto é uma "experiência" humana.

É importante lembrar que os próprios percursos formativos, coerentemente com o sentido da sistematização e as diretrizes metodológicas assumidas, foram considerados *lugares* específicos em que se realiza a sistematização de saberes dos participantes. O ato formativo, então, é, em si mesmo, um sistematizador de saberes da experiência na sua relação com o conhecimento científico e/ou político.

Uma pergunta pode ser feita aqui: que elementos dessa concepção de sistematização poderiam ser destacados quando refletida à luz dos objetivos deste seminário? Um elemento, entre outros, que me parece significativo é o fato de a concepção reafirmar os homens e as mulheres como sujeitos de práxis e, neste sentido, resgatar o sentido da valorização dos saberes da experiência, integrando ou talvez ampliando o sentido do saber-fazer e do saber tácito, para uma perspectiva que afirma o *protagonismo de homens e mulheres na produção integral de sua existência*. O contraponto, aqui, é com uma certa



concepção que torna também mercadoria o saber da experiência para valorizar outra mercadoria e, assim, aprofunda o processo de alienação e exploração, no contexto do capitalismo.

Sistematizar saberes da experiência pode ou não implicar um planejamento ou uma orientação prévia. Com certeza, ordenamos, explicamos, utilizamos conceitos e categorias sem mesmo nos darmos conta, em muitos momentos de nossa vida. Sem desconsiderar essa possibilidade, trago aqui uma prática de sistematização — o Programa de Formação de Formadores em Educação Profissional – Programa Integral/CUT, ocorrido nos anos de 1998 e 1999 — na qual houve um planejamento geral e vários planejamentos específicos que a orientaram. O próprio planejamento era refeito conforme as necessidades. Os envolvidos com a sistematização realizada, ao tentar articular de forma diferenciada o saber prescrito (o planejado) e o saber real da experiência nas diferentes escolas, tinham, por coerência, que rever e debater o planejamento.

O projeto de sistematização (dos saberes) desta experiência considerou alguns elementos-chave: objetivos, definição de um eixo temático, perguntas orientadoras, definição dos sujeitos individuais e coletivos responsáveis pela sistematização, produtos finais, viabilidade e cronograma.

O eixo definido foi “O processo de construção de saberes na sua relação com as práticas político-formativas elaborado/vivenciado nos percursos formativos do Programa de Formação Integral”. Algumas perguntas podem ilustrar as várias que orientaram o processo: “Como o curso trabalhou os conteúdos na relação com o saber dos educando e com o conhecimento historicamente acumulado? Em que momentos e como o curso oportunizou a troca de saberes entre os educandos? Que mecanismos foram utilizados para isto? Como se deu o uso dos mecanismos? Que tipo de convergências proporcionou esta troca? Que tipo de tensões gerou? Essas tensões foram resolvidas? Como foram trabalhadas?”⁵

O coletivo envolvido que realizou a tarefa, mas nem todos da mesma forma, foram os educandos, os formadores das escolas, alguns membros da direção do Programa e da central sindical e, ainda, alguns assessores de universidades e o DIEESE. Os envolvidos produziram conhecimento a partir de e em determinados *lugares*: nos coletivos nas *escolas* sindicais, com a participação de formadores do Programa e dirigentes das escolas; no espaço da *sala de aula*, educadores e educandos (em alguns casos, a sistematização como conteúdo e prática específicos chegaram a integrar o próprio percurso formativo); e em grande grupo nas reuniões do coletivo nacional de formadores e assessores do Programa. Na coordenação do processo, estava uma *comissão de sistematização*. Numa experiência de sistematização como essa, a definição de instâncias e de uma dinâmica que dê conta de articular *lugares* e *sujeitos*,

⁵ A lista de todas as perguntas que orientaram o plano de sistematização podem ser encontradas em FALKENBACH. Sistematização... de qual falamos? In: EQUIPE Técnica Nacional Programa Integral de Formação (org.). *Formação de formadores para educação profissional: a experiência da CUT 1998/1999*, p.43-45.

com suas singularidades em termos de acúmulo de conhecimento, poder e intencionalidades, é fundamental para garantir a legitimidade do que é produzido, de forma que os envolvidos efetivamente comprometam-se com o processo e também sintam-se implicados nos resultados.

Destacam-se no processo de sistematização as formas de comunicar a experiência vivida e refletida. A produção daquilo que se diz da experiência depende da definição dessas formas. Esse é um tema genuinamente sério, pois é, em grande medida, a produção de um determinado tipo de texto escrito o meio mais comum em que se apóia, ou, mais do que isso, o meio mais comum pelo qual acontece a sistematização e, também, o modo pelo qual são apresentados os seus "produtos". E, ainda, como estes "produtos" alimentam a ação dos sujeitos envolvidos com os saberes da experiência sistematizada. Pode-se destacar a entrada em cena da necessidade de se considerar, respeitar e potencializar os sujeitos como seres integrais — corpo, mente, emoção, lugar social, lugar na divisão social e técnica do trabalho etc — no vivenciar de suas experiências formativas e, portanto, de manter coerência nos momentos mais específicos e formais de sistematização.

No caso em questão, o texto escrito foi a forma mais utilizada para comunicar a sistematização dos saberes, e era produzido pelos coletivos das escolas com o apoio da comissão de sistematização. Tínhamos um ir e vir de produções escritas, ocorrendo, em momentos variados, uma análise coletiva da produção escrita. A produção resultante serviu, certamente, para o grupo interrogar-se a respeito da implementação do Programa e também para propor mudanças em relação a ele. Destacam-se dois momentos-chave: ao final do primeiro ano e quando o Programa terminou.

É importante lembrar que, durante estes momentos, a sistematização "em si mesma" era um conteúdo problematizado pelo grupo, pois constituía-se num elemento formativo. Afinal, tratava-se de um curso de formação de formadores em educação profissional. Tratava-se de um aprendizado para todos a respeito de formas de construção do conhecimento, em que se desejava que os alunos do Programa se sentissem autorizados a problematizar tais formas em suas próprias práticas de educação profissional, nos diferentes lugares onde ocorriam.

Na sistematização ocorrida, foi muito rico vivenciar, durante o processo coletivo de construção do conhecimento, a reflexão sobre a descrição densa da experiência e o processo de sua análise. Exemplo disso foi um momento em que se discutiu sobre o valor de entender e utilizar entendimentos de representações, conceitos e categorias. Discutiu-se como essas formas de apreensão do real perpassavam a construção do conhecimento em questão. Um exemplo dessa discussão foi o tema do desenvolvimento, que, para algumas escolas, foi fundamental, e a rica discussão sobre a leitura da experiência regional de desenvolvimento de educandos e educadores e como estes se relacionavam com a produção acadêmica.

Tivemos momentos de análise coletiva das diferentes experiências,

buscando identificar suas tensões, potencialidades e possibilidades e, a partir daí, elencamos questões ou temáticas em comum para aprofundamento, tendo como base as experiências e o diálogo com conhecimentos acadêmicos. Estes "compareceram" tanto através de textos quanto pela presença de professores e pesquisadores de universidades. Um exemplo foi a presença da professora Eloísa Santos (UFMG), que buscou, primeiramente, conhecer a produção do grupo, através da leitura dos textos de sistematização realizada pelo coletivo do Programa. Tendo como base esse conhecimento, apresentou resultados de sua pesquisa de doutorado, agregando à reflexão do grupo importantes elementos conceituais relacionados à sua pesquisa com temas do mundo do trabalho, como, por exemplo, as categorias de trabalho prescrito e trabalho real.

Uma outra produção, validação e legitimação de saberes é possível... e necessária...?!

A problemática da produção, validação e legitimação de saberes das experiências daqueles e daquelas que vivem do trabalho acompanha a história da humanidade. A luta para afirmarem-se a partir da práxis, e não somente através do ativismo ou verbalismo, como diria Paulo Freire, constitui-se num desafio permanente para tais sujeitos. Homens e mulheres produzem a existência, situados, contextualizados. No entanto, na árdua luta por se tornarem mais sujeitos, necessitam reconhecer-se e identificar-se como sujeitos de práxis. E, nesse movimento vivo, travam uma luta contra o processo cotidiano de coisificação, na dolorosa experiência de aprofundamento da universalização da mercantilização de tudo e de todos. No entanto, ao mesmo tempo, a capacidade humana de se desacomodar e fazer frente ao assujeitamento manifesta-se, embora também se esconda, na sua relação com o *trabalho* e, mais amplamente, nos *processos de produção da existência*. A complexidade do momento que vivemos, e da própria relação com as experiências de trabalho, torna imensamente relevante o debate proposto neste seminário. Afinal, como trabalhadores, somos e não somos mercadoria. A reflexão que eu trouxe — a partir de elementos de uma rica experiência de que participei, na qual um sujeito coletivo, que busca representar setores da classe trabalhadora, propõe-se a oferecer para a sociedade uma produção coletiva de conhecimento de sua prática e o faz apoiando-se numa determinada concepção de produção de conhecimento — insere-se nesta perspectiva.

Acredito que estamos todas e todos envolvidos de diferentes formas num momento crítico no que diz respeito à produção e uso do conhecimento e dos saberes em que os territórios e as fronteiras, onde se movem os sujeitos, não estão claros. Suspeito que se faz necessário compreender mais profundamente a natureza e as conseqüências disso para e na constituição das parcerias e na negociação entre universidades, ONG's, movimentos sociais, trabalhadores e empresas. Agimos movidos por interesses e a partir de lugares. A clareza e o

reconhecimento dessas determinações legitimam e permitem a interlocução e a negociação entre sujeitos identificados e identificáveis. E, acredito, permitem também a validação e a legitimação de saberes que impliquem a construção do protagonismo dos sujeitos.

Referências Bibliográficas

FALKEMBACH, Elza. Sistematização... de qual falamos? In: SECRETARIA Nacional de Formação da CUT/Equipe Técnica Nacional do Programa Formação Integral (org.). *Formação de formadores para educação profissional: a experiência da CUT 1998/1999*. Florianópolis: Rocha, 2000, p.43-45.

FISCHER, Maria Clara Bueno. Um lugar para a *sistematização* no aprender-ensinar a fazer pesquisa em educação. In: *Anais do Seminário de Pesquisa em Educação Região Sul — ANPED III*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

FISCHER, Maria Clara Bueno. Saberes da experiência e a constituição de empreendimentos sócio-solidários. In: *Anais do Seminário de Pesquisa em Educação Região Sul — ANPED IV*. Florianópolis: UFSC, 2002.

VÉRAS, Roberto, TELLES, Silvia. Sobre como trabalhar com o conceito de *experiência* em processos educativos: buscas. In: SECRETARIA Nacional de Formação da CUT/Equipe Técnica Nacional do Programa Formação Integral. *Formação de formadores para educação profissional: a experiência da CUT 1998/1999*. Florianópolis: Rocha, 2000, p.1257-1267.

SCHUSTER, Cláudio, MARTINS, Linete (ed.). *A experiência na formação de formadores em 1998*. Florianópolis: s.n., 1999. (Revista produzida a partir de textos produzidos pelas Escolas de Formação da CUT e outros.)

SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO/EQUIPE TÉCNICA NACIONAL DO PROGRAMA FORMAÇÃO INTEGRAL/CUT (org.). *Formação de formadores para educação profissional: a experiência da CUT 1998/1999*. Florianópolis: Rocha, 2000.

